

# HISTÓRIA DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE JF: PERCURSOS (ou transcurros) ESPAÇOS-TEMPORAIS

Raquel Xavier Grazzinoli<sup>1</sup>  
[qxgrazzinoli@gmail.com](mailto:qxgrazzinoli@gmail.com)

## APRESENTAÇÃO

Esse relato surge da questão que me levou ao doutorado em educação. Durante a construção da dissertação encontrei dificuldade significativa para narrar fatos, ações e construções de políticas de Educação Especial na rede municipal de ensino de Juiz de Fora, devido à falta de registros. Atuando como professora de Atendimento Educacional Especializado ou nas formações de professores ofertadas pela Secretaria de Educação do Município de Juiz de Fora (MG) e hoje, como gestora, tenho conhecimento das lacunas deixadas na construção de bases documentais sobre as ações de vanguarda que os profissionais de educação da rede municipal desenharam e desenvolveram ao longo dos anos.

Motivada pelo desejo de ouvir as narrativas desses sujeitos qualificados que gestaram as propostas de Educação Especial da rede municipal de ensino, no intuito de que, através da pesquisa científica, no atravessamento das reflexões possibilitadas durante a formação, nas trocas com professores e colegas, bem como do aprofundamento nos estudos, encontre estratégias que me possibilitem maior solidez para essa empreitada de realizar esse levantamento e posterior registro, busquei o Doutorado em Educação na Universidade Federal de Juiz de Fora.

Essa jornada de resgate histórico começa agora e intentamos, após sua conclusão, colaborar com futuras pesquisas, com a construção de novas políticas e com a memória da Educação Especial no município de Juiz de Fora.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação pela UFJF - pesquisa com ênfase em Políticas Públicas e História da Educação Especial no Brasil e no município de Juiz de Fora; Mestra em Educação Inclusiva - UNESP; Especialização em Atendimento Educacional Especializado (AEE); Especialização em Transtorno do Espectro Autista (TEA); Graduação em Pedagogia (UFJF). Atua na docência e gestão da Educação Básica da rede municipal de ensino de Juiz de Fora, na modalidade Educação Especial. É membro do Grupo de Pesquisas e Estudos em Geografia da Infância (Grupegi). Pesquisa Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, Ensino Colaborativo, Desenvolvimento Humano e Teoria Histórico Cultural.

## **CARACTERIZAÇÃO**

Toda a história de construção de uma temática de pesquisa em educação não está descolada dos contextos formativos e de atuação em que estamos inseridos. Os cotidianos nos lançam uma avalanche de questões, nem sempre fáceis de problematizar.

Nas vivências desses espaços e tempos estou (trans)formando-me em professora pesquisadora sobre a Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, campo de discussões vastas, de problematizações frequentes e no qual, constantemente, enveredamos na busca de respostas para as angústias e as incertezas quanto às ações gestadas e desenvolvidas. Nesse contexto, emergiu um questionamento maior, que foi tomando forma e fazendo necessária a busca pelo conhecimento e compreensão de como foram se constituindo, historicamente, as políticas de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva na rede municipal de ensino de Juiz de Fora. Esse questionamento veio num crescente, uma vez que meu cotidiano de ações na rede municipal de ensino está imbricado nesse processo.

Na tentativa de levar outras formas de mediação do conhecimento aos meus alunos, iniciei pesquisa e estudos sobre a perspectiva inclusiva, segundo a qual se deve ter o compromisso de um olhar mais atento sobre o sujeito, trazendo para o contexto educacional, práticas que garantam a participação para todos os alunos, não somente para aqueles que apresentem demandas como a deficiência e/ou necessidades mais específicas.

A garantia de uma escola inclusiva nos convoca a fazer circular nos espaços educacionais práticas pedagógicas inovadoras, potentes, que não se ancorem em concepções que classificam sujeitos. A escola da diferença nos coloca a responsabilidade de planejar propostas para pessoas diferentes, pois não somos produzidos em uma mesma forma e não podemos ter conhecimentos e aprendizagens “medidos com uma mesma régua”, como se nos apropriássemos das vivências de forma homogênea. É uma escola na qual temos de ser responsáveis às demandas apresentadas pelos estudantes e não cabe nela o peso de conceitos como “normal/anormal”.

Ropoli (2010) nos convoca a atuar na escola das diferenças e, de acordo com as premissas dessa perspectiva, temos que compreender que cada aluno é

único e tem o direito de ter suas particularidades atendidas, garantindo-lhe acesso aos conhecimentos vivenciados na escola regular, em condições de realizar aprendizagens significativas, não podendo haver distinção de etnia, raça, gênero, religião, classe social, política e econômica.

Para Vigotski, mesmo que haja uma deficiência na constituição biológica do ser humano, os aspectos que são, de fato, fundamentais e determinantes para o seu desenvolvimento são as condições históricas e culturais, além, claro, da importância do compromisso e da cooperação social. Assim, o pesquisador vai tratar, como deficiência primária, a que tem caráter biológico e, como secundária, a mais significativa e que impõe as barreiras limitantes, que é a social.

Para Vigotski, não existem pessoas deficientes. O que há são pessoas que, devido a uma conformação psicofisiológica específica, algumas vezes incomum, tendem a se relacionar de forma também incomum com as condições de vida social. Portanto, a existência do que chamamos, por exemplo, de cegueira, não significa deficiência. A deficiência é um construto social e um conceito científico de caráter duvidoso por estar embasado na ideologia de perfeição orgânica e ser referido a uma inexistência. [...] A pessoa que não enxerga não pode ser reduzida ao atributo que lhe falta; um menino que não enxerga é, antes de tudo, um menino e não um cego. Ele, certamente, realizará algum processo de compensação, na luta por sua existência social. Na verdade, é importante que se diga que, em seu processo de desenvolvimento cultural, todos os seres humanos realizam alguma forma de compensação, pois as condições de vida social não são plenamente ajustáveis a nenhuma das infinitas possibilidades de singularidades concretas (Tunes, 2017, p. 83).

Tanto na universidade, como em formações subsequentes, optei pelos estudos que me possibilitassem esse olhar para o ser humano, conforme sugeriu Vigotski e que pudessem me auxiliar na mudança das práticas, de forma a não criar limitações maiores para os alunos do que as que já traziam.

Nesse sentido, há a necessidade de lidar com o desafio diário de pensar melhores formas de garantir acessibilidade, quebra de barreiras atitudinais, diminuição de conceitos capacitistas e outras agruras que recaem sobre as singulares formas de existir no mundo. A escola pode ser um campo fecundo dessa quebra de paradigmas, bem como de mudanças que se fazem necessárias quanto ao pensamento dominante e de senso comum sobre as deficiências e as diferenças, provando que a educação inclusiva é possível.

Foi devido ao fato de estar ligada diariamente ao universo desafiador da luta pela inclusão, pelo fim das concepções baseadas na “normalidade”, que vivenciei em 2017, o impasse entre a Secretaria de Educação e as famílias de alunos com deficiência, quando foi aventada a possibilidade de retirada do “professor de apoio”, para substituição por profissional de apoio com formação em nível de Ensino Médio. Essa medida que seria adotada pela Secretaria de Educação, pautou-se nas legislações federais vigentes, como a Nota Técnica nº 19/2010, que trata sobre Profissionais de apoio para alunos com deficiência e TEA, a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, a Nota Técnica nº 24/2013, que traz orientações para os Sistemas de Ensino quanto à implementação da Lei nº 12.764/2012 e, ainda, a Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

É importante informar que o profissional de apoio citado em todas as legislações é um dos serviços de Educação Especial que os sistemas de ensino devem garantir, como estabelecido pela Nota Técnica nº 19/2010.

Durante o mestrado, dissertando sobre o que ocorreu no Brasil e na rede municipal de ensino de Juiz de Fora, no âmbito das políticas de Educação Especial, até a percepção da necessidade de oferta do Ensino Colaborativo, colhi informações sobre a história da Educação Especial no município, através de recortes dos registros que eu possuía, recorrendo, assim, ao meu próprio percurso profissional e de formação, como cursos, seminários e palestras promovidos pela Secretaria de Educação dos quais participei. Todavia, nesse processo, pude perceber que, embora se tratasse de um campo riquíssimo de ações dessa rede de ensino, não havia documentação sistematizada que contivesse a trajetória compreendida no município de Juiz de Fora.

Assim, minha busca por fontes documentais muitas vezes foi infrutífera, pois não havia registro de iniciativas importantes desenvolvidas pela rede municipal de ensino, no tocante às políticas de Educação Especial. Devido a isso, muitos fatos sobre os quais gostaria falar, tiveram de ser suprimidos, pois não havia fonte de consulta, faltavam informações mais precisas, e, por acreditar que a superficialidade do conhecimento pode impedir a melhor compreensão sobre o verdadeiro alcance do que foi proposto, optei por retirar tais pontos do texto.

Em minha percepção, como alguém que vem acompanhando as políticas inclusivas dessa rede, principalmente as ligadas à Educação Especial, arrisco-me a dizer que a rede municipal de ensino de Juiz de Fora tem uma história de ações de vanguarda. Estudando como a história da Educação Especial se deu em outros municípios brasileiros, pode-se ter uma ideia de que Juiz de Fora foi pioneira em muitas propostas, como o caso mais recente, que é da oferta do professor para o ensino colaborativo nas turmas em que haja alunos com demandas que justifiquem a necessidade desse suporte, segundo as especificações da Nota Técnica nº 19/2010, conforme discutido anteriormente.

Na busca de registros sobre o contexto histórico e ações construídas pelo município no tocante à Educação Especial, localizei apenas alguns registros, em Cadernos do Professor<sup>2</sup>, algumas pesquisas feitas por profissionais da rede de ensino para dissertações e/ou teses, algumas políticas públicas acerca da questão da Educação Especial, ou seja, um acervo limitado.

Percebi assim, a necessidade de construir esse arcabouço sobre o histórico da Educação Especial no município de Juiz de Fora e propus ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de Juiz de Fora o projeto de pesquisa que intenta compreender e documentar como se deu essa construção histórica das políticas de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva na rede municipal de ensino, iniciando o recorte temporal no período em que se consolida o serviço de Educação Especial na Secretaria de Educação, que foi a década de 1990.

A questão central que envolve minha temática é: como se deu a construção das políticas de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, na rede municipal de ensino de Juiz de Fora, a partir dos registros existentes e das enunciações das pessoas que viveram/construíram esse processo?

## **MÉTODO**

Esta pesquisa tem sua origem na constatação da ausência e sistematização de documentos e registros que envolvam o processo de construção das políticas de

---

<sup>2</sup> A Revista Cadernos para o Professor é uma publicação oficial da Secretaria de Educação, da Rede Municipal de Juiz de Fora, destinada à divulgação de estudos e de produção científica e pedagógica de interesse amplo e relacionado à Educação Básica, a fim de promover e ampliar o diálogo com a comunidade científica e com a sociedade.

educação na rede municipal de ensino de Juiz de Fora, no caso específico, no que concerne à Educação Especial e a documentação de suas histórias e geografias. Falo aqui nas temporalidades e espacialidades nacionais e internacionais que, ao atravessarem o município de Juiz de Fora, singularizaram-se e compuseram a trajetória local, com suas particularidades, aproximações e contradições.

A metodologia se ancora na análise documental e entrevistas a informantes que participaram do processo histórico de construção das políticas e práticas de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no município de Juiz de Fora. De acordo com Breitenbach, Honnef e Costas (2016):

O uso de documentos como manancial de pesquisa é deveras importante, pois a quantidade de subsídios advindos dessas fontes valida sua consideração nas Ciências Humanas e Sociais, porquanto, permite a compreensão de elementos cuja abrangência precisa de dados que envolvam o contexto histórico e sociocultural. Documentos escritos compõem um manancial bastante valioso para quem pesquisa nas Ciências Sociais e Humanas, pois, por meio dessas fontes, torna-se possível recompor fatos do passado, sendo que estes aparecem, muitas vezes, como indícios de algum tipo de ação humana em certo período. Além disso, a apreciação documental possibilita a análise do desenvolvimento, do amadurecimento ou do progresso de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros.

Para a realizar esta pesquisa precisarei realizar uma análise documental no município, assim utilizarei os Atos do Governo, os Decretos, os Memorandos e as Circulares da Secretaria de Educação, bem como textos publicados nos Cadernos do Professor, dissertações e teses que possam contribuir com a temática, além do que encontrar no trabalho de campo. Será necessário investigar o que há de registros consolidados, tanto no tocante às políticas como sobre a oferta de formação, que esteve sempre vinculada às políticas. Importante reiterar que, como existe pouca formalização documental, terei que buscar por documentos oficiais e não oficiais.

Uma vez que a construção dos registros documentados formal e historicamente pela SE é frágil, trabalharei com o paradigma indiciário, que pode ser usado como metodologia para pesquisas que precisam dos elementos históricos, em levantamentos bibliográficos acerca do tema proposto.

Os registros de jornal, os periódicos e livros servem como fontes, bases para a investigação histórica. Longe de serem uma verdade em si mesma ou de serem uma mentira completa, tais registros muitas vezes nos servem como pistas, indícios que podem apontar um caminho para onde conduzir nossas pesquisas. A validade de seguir tais pistas e vestígios é debatida por Carlo Ginzburg e a proposição do seu método do paradigma indiciário, o qual resgata a figura do caçador que "lê" nas pistas pelo caminho— as pegadas, fezes, pêlos — e vai criando uma narrativa coerente a partir de tais rastros. (Coelho, 2014, p.1)

Partindo do pressuposto de que muito do que se fez é memória dos sujeitos que estavam na gestão das propostas, buscarei, nas enunciações dos sujeitos qualificados, os sentidos que estavam colocados na construção e elaboração de cada ação que compõe as políticas de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva do município. Para tanto, lançarei mão do gênero conversa, que, segundo Lopes (2022, p.133), “se apresentou como um gênero cotidiano que se mostra como uma possibilidade para o diálogo na pesquisa”. Sobre esse gênero, a autora afirma ainda que “as relações pesquisador e pesquisado se dão em condições de equidade, não há perguntas preexistentes, mas um fluxo no diálogo” (LOPES, 2022, p. 133).

Buscarei pelos indícios que permitam compreender as políticas que foram gestadas e colocadas em prática. Conquanto se possam citar aqui algumas dessas políticas, incluindo as que ainda se encontram em execução, não se encontram, em legislações ou documentos oficiais na Secretaria de Educação ou em seu arquivo, todos os registros sobre a construção histórica. Entre tais políticas, podemos citar:

- As adaptações realizadas em algumas escolas, com implementação de Salas Recursos, tornando-as escolas polo no início dos anos 1990, a saber, Escola Municipal Cosette de Alencar, referência no atendimento aos alunos com Deficiência Visual e Cegueira; Escola Municipal Cecília Meirelles, referência no atendimento aos alunos com Deficiência Auditiva e Surdez e a Escola Municipal Núbia Pereira de Magalhães, referência no atendimento aos alunos com paralisia cerebral.

- Os atendimentos educacionais especializados, fora do espaço escolar, nos anos 2000, realizados pelo Programa Especializado de Atendimento Escolar (PEACE), que em 2006 passam a integrar a estrutura dos serviços garantidos pela SE e

passam a ser denominados Núcleo de Atendimento à Criança Escolar (NEACE) e que, em 2013, atendendo às diretrizes da PNEEPEI (política atual), passam a ser Centros de Atendimento Educacional Especializado (CAEE's).

- Os seminários de Educação Inclusiva – Direito à Diversidade, em parceria com o MEC, oferecidos para profissionais da cidade e nos quais Juiz de Fora foi polo formador para as cidades do entorno;

- A proposta de um profissional de apoio (professor) atendendo à Nota Técnica nº 19/2010, que iniciou em 2006 e segue hoje com a nomenclatura Professor para o Ensino Colaborativo, bem como as diversas formações que acompanharam cada uma dessas ações, elaboradas no intuito de orientação das concepções e da prática dos profissionais que nelas atuavam.

No intuito de ampliar as possibilidades de informações, após busca e análise de documentos, farei levantamento dos profissionais que se encontravam à frente desses serviços, chefias, técnicos, formadores, entre outros, realizarei conversas em que possa colher as narrativas dessas pessoas autorizadas, que participaram efetivamente dessas construções, para, a partir de seus enunciados e dos sentidos dados a essas propostas, compreender como se deu essa construção das políticas de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva no município.

Para Bakhtin (2003, p.319), o “objeto das ciências humanas é o ser expressivo e falante” e é enunciando que esse ser, do seu lugar único na estrutura social, com base nas visões de mundo, em suas vivências e nas interações que estabelece, dá sentido aos acontecimentos. Assim, é

a enunciação, a escuta e a compreensão respondente que possibilitam a relação dialógica entre pesquisador e pesquisado. [...] O círculo de Bakhtin, ao trazer o *sujeito como expressivo e falante*, não pode prescindir desses elementos na forma e conteúdo da produção e escrita da pesquisa, pensando nos gêneros discursivos que melhor possibilitem uma equipotência das enunciações nessa escritura. Por isso, traremos aqui o gênero conversa como uma dessas possibilidades. (Lopes, 2022, p.119)

A metodologia escolhida busca alargar o conhecimento sobre a construção histórica da rede municipal de ensino, uma vez que, não trarei apenas os fatos



históricos registrados em documentos e legislações, mas, sim, os sentidos dados pelos sujeitos nessas formulações, o que será possível por meio da conversa, da escuta.

## **DISCUSSÃO E RESULTADOS**

Como não existem eventos sociais e humanos que estão deslocados de seus contextos históricos e geográficos, podemos afirmar o mesmo acerca do que ocorreu com a Educação Especial na localidade de Juiz de Fora. Sem querer recorrer a toda a história mundial e dos países que vieram contribuir com a consolidação de saberes que forjaram esse campo de conhecimentos, uma vez que isso já está presente em muitos textos, em muitas dissertações e teses e, de certa forma, é uma história bem reconhecida na área e por aqueles que a ela se dedicam, buscarei traçar aproximações entre essas forças sociais e suas diferentes escalas (local, nacional e internacional).

Nesse sentido, conforme anunciado na década de 1990 na Conferência que consolidou a Declaração Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, ratificado na Conferência Mundial de Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade (Declaração de Salamanca, na Espanha), em 1994, a Convenção da Guatemala (1999), dos quais o Brasil é signatário, no que tange ao direito dos alunos com deficiência em estar na escola regular, e, ainda, nas políticas nacionais influenciadas por tais acontecimentos, como a Constituição Federal (1988) e a LBD (1996) - que deixa explicitado em seu texto que o ensino especial é modalidade que perpassa todos os níveis do ensino comum -, Juiz de Fora veio construindo uma caminhada no intuito de atender a essas provocações/convocações dos âmbitos internacional e nacional.

Assim, a própria história da Educação Especial é um dos fundamentos desta pesquisa, uma vez que, ao produzir material para a dissertação de mestrado, pude perceber como essa construção histórica no país e no mundo trouxeram implicações para o que foi se delineando e se afirmando em ações e propostas da rede municipal de ensino de Juiz de Fora. Sendo assim, uma das fontes de dados será o amplo cabedal de políticas nacionais sobre a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, os estudos de Pletsh (2014) sobre a Educação Especial no Brasil e outras contribuições no nível de legislações federais.

No cenário de busca pela realização/consolidação dos processos inclusivos,

desde o fim dos anos 1980 e início da década de 1990 até os dias atuais, a rede de ensino do município de Juiz de Fora tentou/tenta estruturar possibilidades educacionais inclusivas, mesmo frente a tantos desafios. Assim, pretendo buscar compreender como tais ações nos diversos espaços e tempos se relacionam com o que foi se constituindo na educação da rede municipal de ensino de Juiz de Fora. Reafirmo a necessidade da pesquisa para compreendermos e efetuarmos o registro das ações que foram sendo gestadas na rede municipal de ensino, inclusive com a criação do serviço de Educação Especial na Secretaria de Educação.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A rede municipal de ensino de Juiz de Fora, historicamente, atuou na vanguarda da busca pela garantia de direitos dos alunos e sempre “desenhou” suas políticas atreladas às formações para efetivação das mesmas.

Trilhou caminhos na abertura das escolas para todos, buscou a participação da sociedade nas construções de políticas, os movimentos sociais sempre tiveram espaço, pertencimento e podemos dizer que tivemos papel importante na efetivação de questões muito significativas para o país, destacando dentre as muitas ações, o fato de ter sido polo formativo do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade.

Mesmo que a rede municipal de ensino tenha caminhado muito no sentido de formar profissionais para atuarem junto aos alunos, observando as subjetividades dos mesmos, trazendo práticas inovadoras e mediações potentes, ainda há muito a ser feito, porém é fundamental saber o percurso histórico, apropriar-se dele, compreender como nos influenciou e perceber sua importância no momento atual.

Assim, para finalizar, me ancoro no mestre Paulo Freire (1979, p.18) quando afirma: “Todo amanhã se cria num ontem, através de um hoje. De modo que o nosso futuro baseia-se no passado e se corporifica no presente. Temos de saber o que fomos e o que somos, para sabermos o que seremos.”

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: 1988.  
Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

BRASIL. **Decreto nº 6571**, 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. Brasília, DF. 2008 Disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/decreto/d6571.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6571.htm)

BRASIL. **Decreto nº 7611**, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a Educação Especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF, 2011. Disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm)

BRASIL. **Lei nº 12.764**, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e altera o par. 3º do art. 98 da Lei nº 0112, de 11 de dezembro de 1990. Diário Oficial da União. Brasília, DF. 2012. Disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm)

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF. 2015. Disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)

BRASIL. **Lei nº 9394/96**, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF: 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: Secretaria de Educação Especial, 2010. Disponível em:  
[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=6726-marcos-politicos-legais&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6726-marcos-politicos-legais&Itemid=30192)

BRASIL. **Nota Técnica nº 9/2010**. Orientações para a Organização de Centros de Atendimento Educacional Especializado. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2010. Disponível em:  
[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=4683-nota-tecnica-n9-centro-ae&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4683-nota-tecnica-n9-centro-ae&Itemid=30192)

BRASIL. **Nota Técnica nº 11/2010**. Orientações para a institucionalização da Oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE em Salas de Recursos Multifuncionais, implantadas nas escolas regulares. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2010. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=9937-nota-tecnica-11-2010&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9937-nota-tecnica-11-2010&Itemid=30192)

BRASIL. **Nota Técnica nº 19/2010**. Profissionais de apoio para alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento matriculados nas escolas comuns da rede pública de ensino. Ministério da Educação, Brasília, 2010. Disponível em: <https://lepedi-ufrrj.com.br/wp-content/uploads/2020/09/Nota-t%C3%A9cnica-n%C2%BA.-19-Profissionais-de-apoio.pdf>

BRASIL. **Nota Técnica nº 24/2013**. Orientação aos Sistemas de Ensino para a implementação da Lei nº 12.764/2012. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2013. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13287-nt24-sistem-lei12764-2012&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13287-nt24-sistem-lei12764-2012&Itemid=30192)

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>

BRASIL. **Resolução nº 4**. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, DF: 2009. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf)

BREITENBACH, F.V.; HONNEF, C.; COSTAS, F.A.T. **Educação inclusiva: as implicações das traduções e das interpretações da Declaração de Salamanca no Brasil**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.24, n.90, p.359-379, abr/jun. 2016.

COELHO, A. L. F. (2014). **O Paradigma Indiciário como metodologia para estudos historiográficos**. 8º FEPEG. Recuperado em: [http://www.fepeg2014.unimontes.br/sites/default/files/resumos/arquivo\\_pdf\\_anais/o\\_paradigma\\_indiciario\\_como\\_metodologia\\_para\\_estudos\\_historiograficos.pdf](http://www.fepeg2014.unimontes.br/sites/default/files/resumos/arquivo_pdf_anais/o_paradigma_indiciario_como_metodologia_para_estudos_historiograficos.pdf)

FREIRE, P. (1996). **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra.

FREIRE, P. (1979). **Educação e mudança**. São Paulo: Paz e Terra.

LEONARDI, P.; AGRUIAR, T. B. de. (2010). As potencialidades para o uso da obra de Carlo Ginzburg na História da Educação. **Revista Tempo e Espaços em Educação**, vol. 5, p.107-123.

PAULON, Simone M., FREITAS, Lia B. de L., PINHO, Gerson S. **Documento subsidiário à política de inclusão**. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/livro%20educacao%20inclusiva.pdf>

PLETSCH, M. D. (2014). **Repensando a inclusão escolar**: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual. Rio de Janeiro: NAU.

ROPOLI, E. A. et al. (2010). **A Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar**: a escola comum inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará.

TUNES, E. (2017). **A defectologia de Vigotski** – Uma construção inédita e revolucionária no campo da educação e da psicologia. Revista Veresk – Cadernos Acadêmicos Internacionais – Estudos sobre a perspectiva histórico-cultural de Vigotski. Brasília: UniCEUB.

UNESCO. (1994) **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>

UNESCO. (1990). Conferência mundial de educação para todos. **Declaração mundial sobre educação para todos e Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien, Tailândia. Disponível em:

[https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291_por)